

NOTÍCIAS AFRICANAS 41

CLIPPING SEMANAL SOBRE OS PAÍSES AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA E ÁFRICA AUSTRAL 13 A 19 DE DEZEMBRO DE 1993

ANGOLA

O difícil andamento das negociações

Da mesma forma que o mal-estar causado pela repercussão da notícia de uma calorosa confraternização entre as delegações dos dois beligerantes angolanos, o otimismo exagerado pela possibilidade de um rápido acordo de cessar-fogo parece ter sido extinto. As informações mais recentes acerca das negociações de Lusaca demonstram que a euforia surgida na última semana deu lugar a novas reticências de ambos os lados.

Tanto o governo quanto a Unita sabem que, ao aceitar as pressões dos Estados Unidos por uma maior flexibilidade nos pontos mais polémicos, ganham com isso maior simpatia junto à administração Clinton. Todavia, tal comportamento deve ser contabilizado ao lado das atuais posições militares.

A idéia difundida nos meios de comunicação angolanos ou não é a de que uma primeira rodada de negociações se bascaria apenas nas questões militares, como o desarmamento da Unita e sua desmobilização seguida por uma reintegração às Forças Armadas angolanas. Após essa etapa, seriam então discutidos os

problemas de ordem política, como a passagem de ministérios para a esfera da Unita e entrega de alguns governos provinciais ao movimento de Jonas Savimbi.

Essa argumentação, no entanto, acaba por ofuscar o ponto mais importante desses encontros em Lusaca: a Unita só irá ceder terreno na esfera militar quando as promessas do governo chegarem a um ponto de não-retorno, em decorrência da pressão internacional, ou quando se acertar que tais medidas serão acompanhadas imediatamente pelas principais exigências do movimento no campo político.

A guerra é a principal arma que a Unita tem para negociar e qualquer alteração em sua capacidade de enfrentar militarmente o governo só ocorrerá quando tiverem sido estabelecidos e discutidos, pelo menos previamente, todos os pontos de atrito entre os dois opositores. Daí o erro em se falar separadamente de fatores militares e fatores políticos. As negociações que ocorrem em separado referentes a essas áreas não devem encobrir a interdependência existente entre os fatores militar e político, pois é o fator militar que garante, nesse momento, a perspectiva de posições privilegiadas na discussão política.

Marcelo Bittencourt
(Pesquisador do CEAA)

Duas imagens de uma mesma Angola

A primeira dessas imagens é de autoria do jornalista São Vicente, publicada no *Correio da Semana* (23.11.93). A transcrição do início da matéria, intitulada "Os desafios da nação angolana" é esclarecedora: "Viver, para nós, sempre significou viver bem. Não se trata de passar o tempo. Creio que o angolano não está condenado apenas à liberdade, mas também está condenado a viver bem, isto é, a conseguir o máximo da vida. Alguns *media* estrangeiros, que não percebem a nossa identidade, criticam-nos por querermos viver bem. A lista de patentes é longa: esquemas, candonga, processo, autoconstrução, ministros paralelos, parentesco de primos, kamanga, kariengue, profissionalização do *lobbying*, kinguilas que movimentam dois a três milhões de dólares por dia. Sem exagero, acho que a sobrevivência desta nação deve-se ao fato dos angolanos saberem o que é viver bem."

Vamos aos comentários. Essas atividades dignas de patentes, segundo o articulista, e que são enumeradas com termos da gíria luandense ou de línguas nacionais são frutos de necessidades derivadas da guerra. São, talvez, justificáveis mas não me parecem exemplos de trabalho produtivo que resulte numa forma sadia de querer viver bem. Contrabando de diamantes, mercado negro de dólares, esquemas à revelia da lei, nepotismos e coisas que tais não são atividades acessíveis à maioria dos angolanos, nem mesmo a muitos dos habitantes de Luanda. São benefícios de uns tantos e deverão acabar junto com a guerra e com o fim dessa mentalidade não-produtiva, feita de expedientes e parecida com o famoso "jeitinho brasileiro".

A segunda imagem nos é dada por uma matéria de *The Economist* (17.11.93), aliás com uma boa pitada sociológica sobre Angola. Diz a conceituada revista britânica que a hostilidade entre o governo do MPLA e a Unita não é de base ideológica. Ela provém de antes mesmo da luta pela independência. "Os ovimbundos, um povo rural originário do planalto central, foi durante muito tempo humilhado pelos angolanos mais cosmopolitas do litoral e das cidades que constituem o núcleo central de apoio ao MPLA. Com a guerra se alastrando, muitos ovimbundos vêem na Unita a melhor esperança de vida. Não há terreno mais fértil para a Unita do que a zona rural da província do Uíge [no Norte, de maioria kikongo], onde milhares de ovimbundos constituem a parte inferior da pirâmide social. Os seus antepassados vieram recrutados à força da sua terra para fazerem o trabalho sujo nas plantações de café, que era rejeitado pelos habitantes locais. Para esses ovimbundos, a conquista do Uíge foi a última vingança. Eles afirmam que a Unita não mais os deixará."

Alguns comentários poderiam ser feitos a propósito de certas generalizações e exageros na matéria. Mas a força da imagem permaneceria.

José Maria Nunes Pereira
(Pesquisador do CEAA)

AOS ESTUDANTES AFRICANOS

Em virtude das férias escolares dos estudantes africanos no Brasil – e o conseqüente retorno deles a seus países de origem –, suspenderemos até março o envio gratuito desta publicação.

Solicitamos aos que não viajarem confirmarem sua presença no Brasil, ligando para (021)531-2000/RAMAL 259

Protocolo de cessar-fogo
estará iminente 3

Senadores americanos boicotam
Luanda 5

Governo e Unita
discutem exército 7

Duplo governo começa
na terça-feira 7

Monopólio do poder branco
à beira do fim 8

Brasil assume a liderança
da lusofonia 11

Já começou o acantonamento 14

Os prisioneiros da paz

Nelson Saúte*

* escritor moçambicano

PÚBLICO, 6 12 93

Há tempos que tento encontrar uma racionalidade que me explique as razões do sofrimento sem nome a que o povo moçambicano tem sido submetido. Acresce o facto de assistirmos no mesmo território, a um incrível enriquecimento do poder e das suas adjacências.

Quando recentemente me chegaram as notícias dos levantamentos em Maputo, a despeito da apreensão que qualquer cenário de violência suscita, senti finalmente que o povo despertava de uma anestesia que o silenciava inexplicavelmente perante uma situação em absoluto insuportável.

Este episódio, que pode ser paradigmático de uma intuição que cada vez mais ganha forma em mim, justifica o que efectivamente, no espaço político moçambicano, os senhores do poder e outros à procura dele há muito deveriam saber. Mais do que isso: penso que, se não serve de lição para os astutos e generosos senhores da guerra, pelo menos é um alerta para uma crise que poderá assumir proporções incontroláveis. Porque há tudo menos a vontade de os políticos realizarem efectivamente uma sociedade civil.

A chantagem ganha forma como estratégia. Mas o que eles ainda não descobriram — e convém que o façam antes que seja tarde — é que os moçambicanos levantar-se-ão porque não há ameaça capaz de silenciar um povo. Nunca houve.

O que os políticos exercitam, nas suas longas e irascíveis jornadas, é a obtenção de uma "ditadura democrática" onde continuem a exercer a chantagem que norteia o processo a decorrer actualmente. Porque — todos eles, cada um a seu modo — advogam uma certa legitimidade: ou a das armas ou outra qualquer que justifique as suas ululantes (ou, outras ve-

zes, subtis) exigências.

Quem exige o que um povo com fome e em absoluta miséria necessita para manter o grau zero da sobrevivência? Quem fala por esse povo inteiro que é continuamente assassinado por duas ou três inteligências preocupadas com a cosmética mais ridícula? (Na hipótese de haver uma cosmética que o não seja.) Em nome de que futuro se pratica o genocídio impune em Moçambique?

É estranho que esse povo se rebelde?

Estive recentemente em Moçambique e notei que as pessoas já venderam tudo o que tinham a comerciar para usufruir do direito de existir. A dignidade, o que há de mais irredutível, já foi exposta na feira pública para que os senhores da guerra se decidam por um atalho civilizado. Que mais querem?

Em nome de quê se pratica o crime de vender a dignidade dos moçambicanos? Pergunto-me: depois de vendida a história e a dignidade, que mais teremos em troca? Que mais?

Não compreendo — e esta retórica não deixa de ser sacana! — o que falta para que a paz não deixe de ser um problema de três abençoadas almas para ser uma questão nacional. A minha perplexidade é tanto maior quanto se apercebo de que ninguém — a despeito desse povo — está interessado na paz efectiva entre os moçambicanos. Nem as últimas notícias — o início do acantonamento das forças beligerantes — me convencem do contrário. Porquê? — perguntar-me-ão. Talvez a felina ganância dos corruptos o saiba explicar.

Na agenda política, inscrevem-se todos os temas menos os que dizem respeito a um projecto de que o país necessita para estancar esta sangria. Quem fala de inverter o percurso desastroso da economia? Quem fala da necessidade de combater a corrupção? Quem fala da necessidade de reconstruir as escolas destruídas? Quem fala dos postos hos-

pitalares? Quem?

O que ouço, o que me é dado ler, o que vejo, é uma fome de dinheiro. Os problemas do país são reduzidos ao dólar. São os grandes projectos que têm sido fonte de rendimento de cuidadas algibeiras. Nunca beneficiam esse povo que, para os néscios, não sabe comportar-se com modos.

Moçambique tem milhões de refugiados nos países vizinhos a regressar. O país tem milhares de homens armados, andrajosos e com fome. O país tem uma policia armada mas sem meios para subsistir. O país tem uma população que se vai armando porque teme o dia seguinte. A qualquer momento — estão reunidas as condições para que tal aconteça —, poderemos mergulhar num banho de sangue. Desejam mais um exemplo?

Mas isto tudo é feito sob a caução da consciência do país? — perguntar-me-ão. Que consciência? — começarei eu a questionar. A de quem? A nossa — "nós", os loucos? Ou a deles? Porque, neste cenário trágico e patético, quem tem razão é essa esmagadora minoria que manda e desmanda. Cuja palavra de ordem é a chantagem. Eles é que têm razão, nós somos os cretinos. Não assumidos ainda.

Sabe-se, porém, que denunciar a enorme corrupção que fede pelos corredores do poder, entre outros males desta sociedade abandonada a loucura dalgumas quizumbas inomináveis, não chega a ser um perigo. Porquê? Já ninguém ouve os brados dos que denunciam e são a consciência crítica. Chegámos ao nível de desgoverno absolutamente intolerável.

Dir-me-ão que esta é uma opinião emocional. Como não? Não posso concordar com o genocídio que é sistematicamente praticado em Moçambique. Embora não acredite que, a breve prazo, tenhamos uma situação inversa, aposto numa geração que seja capaz de sobreviver a esta virulenta fase e construir uma sociedade cívica onde o homem moçambicano se exerça com dignidade.

Não é, por isso, necessário acautelar que nem todo o poder é sanguinário. Que as mãos do poder, como diz um poeta moçambicano, também são humanas. Porque acredito noutros poderes. Entre os quais, a dos homens dignos. A história será de mim testemunha. ■



FACA JA
SUÁ ASSINATURA

LIGUE 531-2000
RAMAL 259

Angola aparentemente disposta a acabar com a guerra

O mistério do cessar-fogo

PÚBLICO, 5 12.93

Jorge Heitor

As duas partes que em Angola se combatem já chegaram aparentemente a um entendimento para o cessar-fogo, mas naquele continente tudo é tão frágil que nem elas nem a ONU se apressam a anunciá-lo de modo formal, não vá o diabo tecê-las. Por enquanto, reina um pacto de silêncio, que tanto pode permitir o optimismo como o cepticismo.

O governo angolano e a UNITA chegaram a um acordo de princípio para acabar com a guerra que haviam reatado o ano passado, depois das eleições, disseram ontem fontes diplomáticas em Lusaca, onde as negociações de paz têm vindo a decorrer desde o dia 15 de Novembro. E o enviado especial da ONU confirmou-o à France Presse, sem pormenores.

Por enquanto, ainda não há nenhuma data marcada para a entrada em vigor do cessar-fogo, nem sequer se sabe com exactidão onde e por quem é que o novo acordo geral de paz virá a ser assinado; se bem que já se tenha falado nos Estados Unidos e nos presidentes de uma e outra das partes em confronto.

Tanto quanto parece, o representante especial do secretário-geral das Nações Unidas para o caso de Angola já viu tanta coisa que não se atreve a ser precipitado no anúncio do cessar-fogo, antes aguardando pelo muito que ainda falta debater durante os próximos dias: reunificação das Forças Armadas Angolanas tal como foram preconizadas em Bicesse, regresso a Luanda dos principais dirigentes da UNITA, abertura do go-

verno a uns quantos homens de Jonas Savimbi, etc., etc...

Porventura mais hábil do que o foi a britânica Margareth Anstee, o actual representante de Butros Butros-Ghali impôs desde o mês passado uma rigorosa política de sigilo, partindo do princípio de que tudo se deverá resolver na tranquilidade das salas onde se negocia e não em grandes debates públicos, cheios de paixão. E só quando vir tudo muito bem assente, quando vir que a paz tem mesmo pés para andar, é que surgirá provavelmente perante os microfones a fazer o balanço destas longas semanas de Lusaca, que espera de certo mais proveitosas do que o foram as de Abidjan.

Uma paz no condicional

Com base naquilo que "fontes diplomáticas" ou "fontes afectas às negociações" foram dizendo nos últimos dias, à revelia do maliano Alioune Blondin Beye, as partes em presença aproveitaram a sessão plenária de ontem de manhã para se comprometerem em definitivo com a assinatura formal do cessar-fogo. Mas ficaram para discutir, em melhor oportunidade, as modalidades de formação das novas Forças Armadas, dado que as criadas antes das eleições ficaram por assim dizer no papel.

Depois de tal sessão, uma parte dos representantes governamentais seguiu para Luanda, com o objectivo aparente de receber novas instruções quanto ao que ainda está por discutir, mormente nos campos político e administrativo. Pois que se a UNITA declara ter transigido ao máximo no campo do desarmamento exige agora as suas contrapartidas, como uma forte segurança para quando os seus principais dirigentes voltarem à capital e uma presença significativa no governo, que não se limite a um ou outro ministério de importância secundária.

Alioune Beye também deverá ir hoje a Angola, onde se encontram de visita alguns congressistas norte-americanos, e admite-se que aproveite a oportunidade para tentar contactar altas figuras do Estado, a fim de verificar até que ponto é que as mesmas estão dispostas a transigir.

Uma fonte da UNITA ontem citada pela agência Reuter afirmou que o partido de Savimbi quer o ministério da Defesa ou o do Interior, o das Rela-

ções Exteriores ou o da Informação e o das Finanças ou do Planeamento Económico. Exigências tão grandes que custa mesmo muito a acreditar que possam ser satisfeitas em parte substancial.

A UNITA também quer a descentralização do poder, ficando os governadores de província, alguns dos quais seriam seus, com o controlo dos respectivos orçamentos e das polícias regionais entretanto a criar. Mas nega que alguma vez haja encarado a hipótese de Savimbi aceitar uma vice-presidência, cargo que aliás nem sequer existe na presente Constituição angolana.

Esperar mais uns dias

Fontes ontem citadas pela agência France Presse afirmaram que Alioune Blondin Beye poderá muito bem adiar deliberadamente o anúncio formal da assinatura do cessar-fogo por mais uns quantos dias, enquanto aguarda que o aspecto político do acordo global de paz possa ser tratado. Se é que não esbarra em algum escolho intranspo-

nível.

De qualquer maneira, um diplomata presente em Lusaca adiantou que a comissão militar conjunta destas conversações volta a reunir-se amanhã, a fim de examinar "as implicações práticas do cessar-fogo" a que os dois lados já se comprometeram. Enquanto outro diplomata, este na África do Sul, comentava à Reuter, com muita reserva: "As tréguas angolanas podem ser decididas durante a estação das chuvas, quando ninguém quer combater. Mas temos ainda de aguardar para ver o que é que vai resultar desta".

Ou seja, de um lado temos a notícia de que as duas partes aceitaram interromper as hostilidades em todo o território de Angola. Do outro temos dúvidas sobre como é que será toda a reconciliação entre os angolanos, se haverá ou não a médio prazo uma segunda volta das eleições presidenciais, se Savimbi receberá um estatuto especial de chefe da oposição, se todos os deputados eleitos pela UNITA vão ocupar o seu lugar na Assembleia Nacional, se..., se... ■

Ambiente pesado em Luanda

O PRESIDENTE José Eduardo dos Santos convocou para amanhã o Conselho da República (órgão consultivo de 22 elementos), a fim de debater a "grave situação que Angola atravessa, nos campos político, económico, social e militar".

É plausível que o Presidente queira ouvir os conselheiros sobre os entendimentos que em Lusaca estão a ser negociados com a UNITA, mas em Luanda a convocatória foi especialmente associada aos rumores de que estaria a ser preparada uma "grande manifestação contra as péssimas condições sociais" que se vivem na capital.

Na perspectiva de semelhante manifestação, que ninguém sabe dizer de que iniciativa partiria, a polícia colocou-se de prevenção, particularmente nos municípios suburbanos, como Cazenga e Sambizanga.

Durante a noite de sexta-feira para ontem foram vistos carros de assalto em diversas ruas da cidade, pelo que muita gente acabou por não ir trabalhar, os estudantes fizeram gazeta e alguns mercados não abriram as portas.

Foi um sábado de susto para uma parte dos três milhões de habitantes da capital, quase um terço da população total do país, mas outros não deixaram de se passear despreocupadamente e de ir até à praia, que dificuldades e boatos são em Luanda o pão nosso de cada dia.

Quanto à pretensa manifestação, a que as estruturas do MPLA se chegaram a referir, alertando contra ela a população, afirmou-se mesmo que poderia ter um carácter racista, porque "os mulatos e os brancos são os senhores da terra, e ocupam os cargos de maior responsabilidade na hierarquia do Exército". ■

Angola continua em tempo de incertezas

Senadores americanos boicotam Luanda

PÚBLICO, 6 12 93

Jorge Heitor*

Enquanto no estrangeiro alguns órgãos de comunicação têm vindo a avançar a data de 20 de Dezembro para a assinatura de um acordo de paz em Nova Iorque, senadores norte-americanos adiam "sine die" uma visita a Luanda. Possível sinal de que nem tudo está a correr sobre rodas nas conversações de Lusaca, ao contrário do que desejaria a maior parte dos angolanos.

A visita, que uma delegação de senadores norte-americanos deveria ter iniciado durante o fim-de-semana, a Luanda foi adiada "sine die", tendo alguns observadores no terreno considerado que isso lança uma dúvida sobre o bom andamento dos preparativos para o cessar-fogo e a reconciliação entre os angolanos.

O presidente da subcomissão senatorial de Assuntos Africanos, Paul Simon, e os seus colegas James Jeffords e Russel Feingol foram sucessivamente aguardados na sexta-feira e ontem, até que uma nota do ministério angolano das Relações Ex-

teriores deu conta de que, para já, a visita ficava sem efeito.

Acerca dela tinham até chegado a correr em Luanda os mais estranhos rumores, dizendo-se em meios afectos ao MPLA, no poder, que pequenos partidos iriam aproveitar a oportunidade para organizar uma manifestação de descontentamento geral contra o governo. Ou seja, que algumas forças procurariam mostrar aos senadores norte-americanos como é que na capital angolana se vive mal, devido até ao enorme afluxo dos refugiados que aí têm chegado a partir de zonas do interior.

Seria a primeira viagem de uma delegação oficial dos Estados Unidos desde que Washington decidiu reconhecer as autoridades angolanas. Mas a verdade é que o regime de José Eduardo dos Santos não conseguiu virar tanto a Casa Branca e o Capitólio a seu favor quanto o desejava.

Jonas Malheiro Savimbi, a velha raposa do Planalto Central, não se tem deixado cilindrar facilmente, apesar da derrota da UNITA nas eleições legislativas do ano passado. E ainda no sábado à noite a agência Lusa divulgou largos extractos de uma sua carta ao Presidente Bill Clinton, procurando sensibilizá-lo no sentido de se conseguir "um cessar-fogo abrangente e efectivo".

Na missiva, escrita quando em Lusaca come-

cava a presente ronda negocial, que ainda se deverá prolongar por mais alguns dias, Savimbi sugere "uma partilha do poder num Governo de Unidade Nacional" válido por um certo número de anos e a descentralização administrativa, falando mesmo do "controlo político conjunto daqueles ministérios cuja condução é vital para uma paz sustentável em Angola".

A hipótese de se darem uns quantos lugares no governo a homens da UNITA deverá ser alviada quando hoje José Eduardo dos Santos reunir o Conselho da República, órgão consultivo do Chefe do Estado que o deverá aconselhar sobre a melhor forma de ultrapassar as presentes dificuldades políticas, económicas e sociais que se vivem em Angola.

De qualquer modo, em Luanda e em Lusaca, algo de muito claro terá de ser decidido durante esta semana, pois que no dia 15 o Conselho de Segurança das Nações Unidas volta a debater a questão angolana, a fim de definir o futuro papel da organização no cumprimento do cessar-fogo que poderá começar com a próxima quadra natalícia.

Falta de consenso

A comunicação social angolana insistia ontem em que ainda não se chegou a um consenso na Zâmbia sobre os mecanismos de aplicação do cessar-fogo, pelo que os próximos dias vão ser de expectativa; ninguém devendo deitar foguetes antes de tempo.

Nos meios diplomáticos que acompanham mais de perto as conversações afirma-se que as

hostilidades poderão ser formalmente interrompidas no dia 20 deste mês. Mas de qualquer modo é de notar que já há várias semanas não há conhecimento de acções militares de monta, até porque se está na estação das chuvas e nesta época é bastante difícil avançar no terreno.

Entretanto, a população, se bem que goste de ouvir dizer que vai haver paz, está de tal forma descrente das intenções de uma e outra das partes beligerantes que dificilmente quererá celebrar antes de tempo. Antes de ver o auxílio humanitário chegar a todos os que dele necessitam, de ver os deputados da UNITA ocupar todos os seus lugares na Assembleia Nacional, de ver Jonas Savimbi voltar a viver em Luanda, com garantias de segurança, e de ver a recolha de tantas das armas que existem em excesso pelo país fora e que tornam quase impossível a tranquilidade dos cidadãos.

"Não se chegou a nenhum entendimento", dizia ainda ontem o chefe da delegação governamental às conversações de Lusaca, lançando assim um balde de água fria sobre todas as notícias optimistas que na sexta-feira à noite e no sábado de manhã haviam circulado pelo mundo.

Na verdade, parece que houve um entendimento de princípio em que a UNITA transigiria nalguns pontos para facilitar a assinatura de um acordo de cessar-fogo, mas ainda falta esclarecer uma série de pormenores, pelo que é arriscado aceitar desde já a paz em Angola como um dado adquirido. Oxalá o fosse! ■

*com Aguiar dos Santos, em Luanda

Governo e UNITA ultimam cessar-fogo

PÚBLICO, 7 12 93

UMA DELEGAÇÃO governamental partiu ontem de Luanda para Lusaca, com a missão de assinar uma declaração de cessar-fogo caso a UNITA aceite algumas condições militares exigidas pelo Executivo angolano, noticiou a Reuter.

Segundo aquela agência, que cita fontes oficiais em Luanda, nenhuma data para a assinatura do documento que porá formalmente fim à guerra civil angolana está, no entanto, marcada.

Fontes diplomáticas na capital zambiana tinham admitido, no fim de semana, que as delegações dos beligerantes

angolanos tinham concluído um cessar-fogo cujo anúncio estaria para breve. Mas nem Faustino Muteka, que dirige a equipa de Luanda, nem um responsável da UNITA, citado pela France Presse, o confirmaram.

Apesar de tudo, quer a imprensa oficial angolana quer fontes da organização rebelde concordaram que se registaram avanços significativos e que falta regulamentar apenas "alguns aspectos". Observadores em Luanda admitem que o fim das hostilidades poderá ser anunciado antes do Natal.

Um responsável da UNITA citado pela AFP disse, em Lusaca, que os negociadores estavam "quase prontos a proclamar o cessar-fogo". A agência Lusa referiu, por seu turno, que a Comissão Militar das negociações começou, ontem à tarde, a discutir o calendário da retirada da UNITA e a escolher os locais onde as tropas de Jonas Savimbi ficarão acantonadas. Esta discussão surge depois do consenso alcançado na sexta-feira por ambas as partes em relação a uma proposta apresentada pelos conselheiros militares do enviado especial da ONU, Alioune Beye. ■

Renamo falta

PÚBLICO, 30 11 93

A RENAMO não compareceu ontem às reuniões das Comissões de Cessar-Fogo e de Supervisão e Controlo, no quadro da aplicação dos Acordos de Paz de Moçambique. A ausência dos representantes da Renamo surpreendeu os observadores, depois de o seu líder, Afonso Dhlakama, ter assegurado que o acantonamento das tropas começaria impreterivelmente na data marcada, hoje 30 de Novembro. Entretanto, o comício de Dhlakama previsto para ontem na cidade de Inhambane foi anulado devido a chuvas torrenciais. ■

Cessar-fogo a qualquer momento

PÚBLICO, 9 12 93

O GOVERNO angolano e a UNITA concordaram ontem em Lusaca nos pormenores finais para a implementação de um cessar-fogo em Angola, declaração que poderá ser anunciada em qualquer momento.

Apesar do fim das hostilidades não ter sido anunciado até ao princípio da noite na capital da Zâmbia, um diplomata citado pela agência Reuter disse que todos os aspectos de que a declaração dependia tinham sido atingidos. "Todas as modalidades e passos práticos para efectivar um cessar-fogo foram adoptados esta noite em sessão plenária da conferência de paz", disse aquela fonte.

A mesma fonte disse que nas últimas reuniões se discutiu a calendarização para o aquartelamento das tropas da UNITA e de quem iria supervisionar estes movimentos com vista à criação de um exército único nacional.

A UNITA vinha levantando muitas dúvidas em relação à posição governamental de, numa primeira fase transitória, admitir a existência de cem mil homens nas Forças Armadas Angolanas (FAA), argumentando

tratar-se de um número exagerado face aos efectivos de que dispõe. As cortas deixá-la-iam em inferioridade no seio do novo exército único. A UNITA queria também conhecer em pormenor os métodos de selecção dos efectivos finais dos dois lados e o modo como se processaria a desmobilização dos excedentários. A UNITA queria ainda que os seus oficiais gerais apenas fossem integrados nas FAA na fase de fixação do exército único e não imediatamente, como vinha defendendo o Governo angolano. Se um consenso foi obtido, todos estes aspectos terão sido resolvidos, embora ao princípio da noite não fossem conhecidos os resultados.

"Hoje é um dia grande para o povo angolano. Todos os obstáculos — técnicos e práticos — foram resolvidos", afirmou outro diplomata citado pela agência britânica, acrescentando que "a data para o cessar-fogo será anunciada no momento apropriado". Apenas falta, portanto, marcar a data e o local para o anúncio formal da tão esperada declaração.

As duas partes já concorda-

ram que as Nações Unidas, que patrocinam a conferência de paz de Lusaca, através do seu enviado especial Alioune Blondin Beye, vão ter um papel determinante na implementação, supervisão, verificação e reforço das tréguas.

As conversações, que se iniciaram em 15 de Novembro, foram encaradas pela ONU como a última possibilidade para se conseguir uma paz duradoura para o mais mortífero conflito da actualidade. A ONU refere que o conflito, de 18 anos, está a causar a morte de mil pessoas por dia. Pelo menos três milhões de angolanos — 40 por cento da população — estão ameaçados pela fome, enquanto centenas de milhares estão deslocados das suas regiões natais.

As mesmas fontes afirmam que a conferência vai agora ocupar-se dos assuntos políticos, especialmente as exigências da UNITA de que sejam facultados à organização liderada por Jonas Savimbi o mesmo número de postos governamentais na futura administração.

O partido de Savimbi também afirma pretender partilhar

um idêntico número de pastas que considera importantes, como os ministérios da Defesa, Interior, Negócios Estrangeiros e Informação. Mas o Governo, reeleito nas primeiras eleições multipartidárias em Angola, supervisionadas pela ONU, o ano passado, afirma que os rebeldes terão que aceitar a sua legitimidade e direito a governar. Estas fontes afirmam que isto significa que o Governo angolano não se sente obrigado a entregar à UNITA postos tão importantes.

Entretanto o presidente da Assembleia Nacional, Fernando França Van-Dunem, rejeitou ontem a discussão do projecto de lei sobre segurança nacional, por ausência de responsáveis do Ministério do Interior. "Sem a presença dos membros do Governo que respondem por estas questões não vou permitir que se discuta este documento", disse o líder parlamentar angolano, citado pela Lusa.

O Ministério do Interior alegou, para justificar a sua ausência, "não estar na posse de qualquer convocatória da Assembleia Nacional para discussão de tal tema". ■

Conversações de Lusaca Questões militares chegam ao fim

PÚBLICO, 8 12 93

AS QUESTÕES militares relacionadas com o processo de paz angolano [e de que dependia a declaração formal de um cessar-fogo em Angola] foram ontem dadas por concluídas em Lusaca, disse à agência Lusa uma fonte que acompanha as negociações entre o Governo e a UNITA na capital da Zâmbia.

Entre os consensos obtidos pela Comissão Militar que durante 14 dias teve entre mãos algumas das questões mais difíceis do processo de pacificação angolano, citem-se os relativos à desmilitarização da UNITA, que conduziu a um entendimento para um cessar-fogo, e ainda a formação e os métodos de selecção dos elementos das partes beligerantes que integrarão o futuro exército único.

A mesma fonte afirmou que as negociações entre as delegações do Governo e da UNITA, chefiadas respectivamente pelos generais Higinio Carneiro e Arlindo Chenda Pena Ben-Ben,

foram "muito duras", sobretudo na parte respeitante à retirada e desmilitarização da UNITA, já que a organização rebelde angolana disse que só deporia as armas à medida que os seus quadros fossem reintegrados nas Forças Armadas Angolanas ou desmobilizados.

Durante dois dias, a ruptura das negociações chegou a ser admitida em Lusaca, mas uma decisão da Comissão Política da UNITA, divulgada na sexta-feira, resolveu o impasse possibilitando a continuação do processo negocial. Nessa decisão, a organização liderada por Jonas Savimbi disse aceitar a retirada e desmilitarização das suas tropas, comprometendo-se a entregar as armas a elementos das Nações Unidas à entrada das zonas de acantonamento.

A partir de hoje, quarta-feira, voltam à cena os negociadores políticos, cujas reuniões decorrerão todas em sessões plenárias, por vontade expressa de ambas as partes. ■

São Tomé e Príncipe Governo em perigo

PÚBLICO, 3 12 93

O MLSTP e as demais forças de oposição ao Partido da Convergência Democrática (PCD), vencedor das eleições legislativas de 1991 em São Tomé e Príncipe, estão aparentemente a tentar a queda do Governo de Norberto Costa Alegre, de modo a que se volte às urnas durante o próximo ano.

Segundo o antigo partido governamental e as forças que com ele agora se articulam, como a Acção Democrática Independente (ADI), o executivo formado em Maio do ano passado por Costa Alegre, depois da queda do gabinete Daniel Daio, tem sido incapaz de tirar o pequeno país equatorial da "grave crise política, económica, social e moral em que se encontra".

A queda do nível de vida da população, a deturpação dos ideais democráticos e a paralisação dos tribunais (cujos trabalhadores se encontram em greve há três semanas) foram argumentos invocados na terça-feira pelo MLSTP, pela ADI e por duas outras forças minori-

tárias para justificar o seu desejo de que acabe o Governo Costa Alegre.

Na véspera, o PCD — que desde Fevereiro de 91 tem dirigido o arquipélago — acusava sectores do MLSTP/Partido Social Democrata e da jovem ADI, formada à sombra do Presidente Miguel Trovoada, de pretenderem criar focos de tensão entre as forças laborais, de modo a "paralisar a economia, desestabilizar o país e impedir que o Governo chegue ao fim do mandato".

O Conselho de Ministros efectuou uma reunião extraordinária para avaliar a situação, mesmo na ausência do primeiro-ministro Costa Alegre, que há seis dias se encontra de visita a Cabo Verde. E o titular da pasta da Justiça, Olegário Tiny, acusou a oposição de querer "conquistar o poder a qualquer preço". ■

Conceição Lima,
em São Tomé

Governo e UNITA discutem exército

PÚBLICO, 12 12 93

REPRESENTANTES do Governo angolano e da UNITA, reunidos em Lusaca, chegaram ontem a acordo sobre a forma como vai decorrer a formação do novo Exército nacional, composto por soldados de ambos os lados, depois de na véspera terem dado o primeiro passo para ultrapassar o impasse na questão, anunciou a Reuter. Segundo fontes diplomáticas, próximas dos negociadores e citadas pela France Presse, "cada um dos lados aceitou os princípios do outro e as garantias que permitirão criar um exército nacional equilibrado e instrumento de paz".

Espera-se agora que, neste fim-de-semana, seja anunciado o tão esperado acordo de cessar-fogo. Ainda segundo as

mesmas fontes, é muito provável que, nas próximas horas, uma declaração importante seja tornada pública, quebrando assim o silêncio imposto desde o início das conversações pelo mediador, o representante especial da ONU em Angola, Alioune Blondin Beye.

Ontem de manhã, os representantes das duas partes estiveram a discutir questões relacionadas com as pastas ministeriais e provinciais a atribuir à UNITA, e o estatuto a conceder ao líder deste movimento, Jonas Savimbi. Uma fonte citada pela Lusa indicou que as negociações estão a ser bastante duras, com a UNITA a reivindicar importantes ministérios e o Governo a tentar

evitar pormenorizar o que está interessado em ceder.

A formação de um Exército unificado de 50 mil homens — as Forças Armadas Angolanas (FAA) —, incluindo elementos das tropas governamentais e dos rebeldes, tinha já sido definida no quadro dos Acordo de Paz de Bicesse, em 1991. Depois do acordo de sexta-feira, os dois lados deverão discutir agora o calendário da desmobilização das tropas e do seu regresso aos quartéis.

Na sexta-feira, fontes da ONU em Luanda voltaram a alertar para a possibilidade de a situação alimentar em Angola se agravar no primeiro trimestre de 1994 se, como se prevê, for concretizado o acantona-

mento e desmobilização de 60 mil soldados.

Assim que o cessar-fogo entrar em vigor, o Programa Alimentar Mundial (PAM) planeia enviar pessoal médico, alimentação, vestuário e medicamentos, para zonas até agora não abrangidas pelas acções humanitárias.

Entretanto, uma bomba de forte potência explodiu, ontem de manhã, em Luanda, sem fazer vítimas, noticiou a agência Angop. Segundo o chefe da polícia, comandante Gaspar da Silva, a explosão destruiu completamente um estabelecimento comercial e um apartamento no Bairro dos Coqueiros, danificando ainda algumas viaturas estacionadas no local. ■

"Duplo governo" começa na terça-feira

PÚBLICO, 3 12 93

DOIS ANOS de negociações entre as principais forças políticas da República da África do Sul culminaram ontem com a notícia de que se chegou a consenso e de que a partir de terça-feira começa a funcionar o Conselho Executivo de Transição (CET), encarregado de cooperar com o Governo de Frederik de Klerk nos preparativos das eleições de 27 de Abril de 1994.

Os delegados das 21 organizações que participaram na última fase dos trabalhos, a começar pelo ANC e pelo Partido Nacional, consideraram ter chegado praticamente ao fim da maratona, depois de haverem decidido a reincorporação na África do Sul dos quatro territórios negros que têm vindo a beneficiar de uma independência teórica: Ciskei, Venda, Transkei e Bophuthatswana.

Só lhes resta agora aprovar,

na segunda-feira, uma "cláusula de reconciliação" que será incluída no texto da Constituição provisória e que visa facilitar o entendimento entre todos os grupos residentes no vasto país: xhosas, zulus, afrikaners, brancos de língua inglesa, mestiços, indianos e muitos outros.

A última sessão das negociações vai ser no edifício do Parlamento, na Cidade do Cabo, a primeira metrópole que os europeus desenvolveram na África do Sul, antes de a exploração do ouro haver dado origem a Joanesburgo.

A palavra aos negros

Terça-feira será a primeira reunião do CET, também na belíssima Cidade do Cabo, e a partir daí os negros ficam a ter, ao lado dos demais grupos populacionais, uma palavra quanto a diversos domínios da vida sul-

aficana: Defesa, Manutenção da Ordem, Finanças, Política Externa, Autarquias e Condição Feminina.

Não é ainda o Governo de Unidade Nacional previsto para depois das eleições de Abril, mas sim uma instância com poder de veto sobre o que for determinado pelo Executivo de Pretória. Um seja, um patamar para a situação que se há-de viver daqui a cinco meses, quando a República da África do Sul eleger o seu primeiro Presidente verdadeiramente representativo da maioria da população.

No CET vão tomar assento, entre outros, o secretário-geral do ANC, Cyril Ramaphosa, e o ministro dos Assuntos Constitucionais, Roelf Meyer, mas resta ainda convencer algumas entidades a ocuparem o lugar que lhes está reservado: Partido Conservador, Inkatha, Kwazu-

lu, Bophuthatswana e Ciskei.

Enquanto isto, a Frente Popular Afrikaner (AVF), que congrega o Partido Conservador e diversos grupos da extrema-direita, anunciou que se considera a "autoridade interina" de três milhões de afrikaners, descendentes dos holandeses, franceses e alemães que no século XVII se instalaram no território da actual África do Sul.

A AVF, liderada pelo general Constand Viljoen e por Ferdi Hartzenberg, tenciona constituir um Afrikaner Volkstaat, uma pátria só para os afrikaners, mas não se sabe onde é que vai arranjar terreno para tal, pois a ideia é condenada tanto pelo ANC como pelo Partido Nacional, que entre si totalizam mais de 70 por cento de toda a população sul-africana. ■

O rei critica

PÚBLICO, 5 12 93

SUA MAJESTADE Goodwill Zwelithini, rei dos zulus, deu ontem um valente puxão de orelhas a todos aqueles que, como o seu tio Mangosuthu Buthelezi, se afastaram das conversações sobre o futuro democrático da África do Sul.

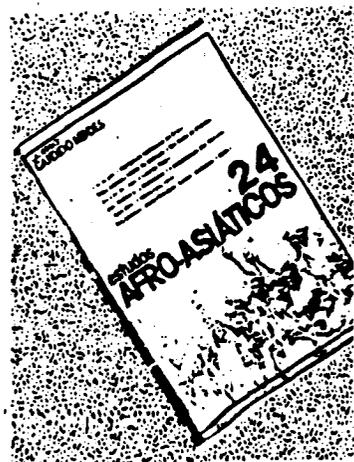
"O facto de não termos chegado a uma solução em que todos se comprometessem torna muito mais difícil a tarefa de alcançarmos a paz", afirmou o soberano na

cidade de Durban, onde insistiu em que a ausência de um certo número de partidos das conversações que ora chegam ao seu termo não augura nada de bom para o futuro do país.

O príncipe Buthelezi, primeiro-ministro do Kwazulu e líder do partido Inkatha, afastou-se do diálogo multipartidário e preferiu juntar-se à extrema-direita branca na Aliança da Liber-

dade, que contesta as decisões que têm vindo a ser combinadas, essencialmente, entre o ANC e o Partido Nacional.

Os nove milhões de zulus constituem o principal grupo étnico sul-africano, mas as suas preferências políticas dividem-se pelo ANC e pelo Inkatha, razão pela qual o rei Goodwill (Boa Vontade) nem sempre concorda com as posições do "seu" primeiro-ministro. ■



Direita, Executivo e ANC à mesma mesa

PÚBLICO, 7 12 93

O GOVERNO sul-africano, a Aliança para a Liberdade (FA), direita radical, e o Congresso Nacional Africano (ANC) reuniram-se ontem em conjunto pela primeira vez, com o objectivo de chegar a acordo sobre a transição do poder para a maioria negra.

Fontes próximas das conversações disseram que o Governo e a FA trocaram primeiro algumas impressões e con-

vocaram depois para a reunião do chefe negocial do ANC, Cyril Ramaphosa.

As três organizações têm vindo a promover reuniões bilaterais, em busca de uma fórmula que permita o apoio da direita radical sul-africana à proposta de uma Constituição interina e à realização das primeiras eleições multiraciais no país, previstas para 27 de Abril do próximo ano.

O Partido Conservador, que integra a FA, o Partido da Liberdade Inkatha, do chefe zulu Mangosuthu Buthelezi, e outros grupos separatistas abandonaram em Julho o conselho negocial multipartidário — que se propõe elaborar o novo projecto de Constituição — e têm-se recusado, até ao momento, em participar nas discussões sobre o regime de transição para a África do Sul. ■

23 MORTOS NA ÁFRICA DO SUL — Vinte e três pessoas foram assassinadas na África do Sul na quarta-feira à noite e ontem de manhã, enquanto uma obscura Comissão de Exilados Retornados dizia haver formado o Exército da República Sul-Africana (SARA) e ser responsável pela chacina de nove partidários do ANC, no dia 1 deste mês, na província do Natal. Um quadro dos serviços secretos do movimento de Nelson Mandela afirmou que o SARA é um grupo muito pequeno, inspirado no IRA; e a própria Comissão disse ser formada por antigos militantes do ANC torturados por este durante o exílio. Entretanto, Mandela e o Presidente De Klerk recebem hoje, em Oslo, o Prémio Nobel da Paz.

PÚBLICO, 10 12 93



NELSON MANDELA e Frederik de Klerk receberam ontem em Oslo o Prémio Nobel da Paz de 1993, prometendo acelerar os esforços para enterrar o "apartheid" e abrir uma nova era de paz na África do Sul. "Devemos redobrar os esforços para garantir aos nossos compatriotas que os seus direitos e segurança serão assegurados", disse o Presidente De Klerk. Mandela, líder do Congresso Nacional Africano, falou das eleições agendadas para 27 de Abril do próximo ano, indicando que elas constituirão "um grande passo em frente na história e também servirão de promessa comum de combater o racismo onde quer que ele apareça e seja qual for a sua máscara". Nessas eleições, Mandela, de 75 anos, substituirá muito provavelmente De Klerk, de 57, como Presidente da África do Sul, o primeiro democraticamente eleito pela maioria do povo. ■ PÚBLICO, 11 12 93

Monopólio do poder branco à beira do fim

PÚBLICO, 8 12 93

O FIM dos 341 anos de poder branco na África do Sul foi ontem marcado pela primeira reunião do Conselho Executivo de Transição (TEC), que decorreu no complexo parlamentar da Cidade do Cabo. Pela primeira vez na história do país, os negros exercem o direito efectivo de influenciar a condução da vida política da grande nação sul-africana.

O TEC é a nova autoridade multipartidária que deverá supervisionar a actividade do Governo até às primeiras eleições legislativas multiraciais previstas para 27 de Abril do próximo ano. "Este dia marca o princípio do fim do poder da minoria

[branca]", declarou o secretário-geral do Congresso Nacional Africano (ANC), Cyril Ramaphosa, no momento em que se instalava no interior do edifício do Conselho presidencial onde se reuniu o TEC.

Abolido no início do ano, o Conselho presidencial era um dos principais instrumentos de preservação do poder branco no país. Tinha por missão regular, geralmente em benefício do Governo, todos os problemas que surgissem no Parlamento de três câmaras composto por representantes brancos, indianos e mestiços. Os negros estavam excluídos da instituição.

O responsável pelo ANC frisou que o poder da maioria só será concretizado após as primeiras eleições multiraciais, enquanto o representante governamental, o ministro do Desenvolvimento Constitucional, Roelf Meyer, precisou que o TEC não se vai sobrepor ao Governo do Partido Nacional. Após afirmar que o TEC terá como primeira função "cooperar com o Governo", Meyer salientou que o novo Conselho "não é uma alternativa" ao Executivo de Frederick de Klerk, uma posição que certamente fará aumentar as divergências com o ANC sobre as competências do Conse-

lho. A organização de Nelson Mandela defende nomeadamente que o TEC possa intervir em áreas como os Negócios Estrangeiros, Finanças e Defesa, mas o Governo continua a defender a necessidade de não se sentir desautorizado perante o novo órgão.

A primeira reunião do TEC motivou uma acção de protesto do grupo de direita branco Comando Lester Boer, que ocupou o forte histórico de Skanskop, nos arredores de Pretória. O Exército sul-africano isolou de imediato a área e conseguiu que os manifestantes abandonassem as instalações. ■

África: 3500 seropositivos por dia

PÚBLICO, 13 12 93

EM ÁFRICA, 3500 pessoas são infectadas pelo vírus da sida todos os dias. O continente está a transformar-se numa "catástrofe, um dilúvio da doença", e por isso, além de lançar um apelo mundial de ajuda a África, a VIII Conferência Africana sobre Sida, que começou ontem em Marraquexe, Marrocos, pouco mais poderá fazer.

Há em todo o mundo 2,5 milhões de pessoas com sida, e deste total, 1,75 milhões são africanas. Dos milhares de novos seropositivos africanos que todos os dias aumentam o total de infectados, a Organiza-

ção Mundial de Saúde (OMS) afirma que 70 por cento têm entre 15 e 24 anos.

"África vive uma situação económica dramática que não lhe dá capacidade financeira para lançar um programa em grande escala que páre o avanço da sida", disse a um jornal marroquino Abdallah Bensliman, presidente da conferência.

Basta ver que a média anual de gastos nos serviços de saúde em África é de cerca de 600 escudos por pessoa. Vinte e nove dos 42 países mais pobres do mundo são africanos, e alguns deles têm

as mais elevadas taxas de sida do planeta.

"Há uma necessidade urgente de que a solidariedade internacional se manifeste. Ela deve vir tanto dos governos como das Organizações Não Governamentais (ONG) nos países ricos. Isto é uma emergência", diz Abdallah Bensliman. Mas o desespero africano vai continuar. A Reuter, o presidente da VIII Conferência Africana de Sida afirmou há dois dias que "há uma tendência negativa" no fluxo do dinheiro e que o "apoio financeiro para programas de sida tem sido desviado [de

África] para a Ásia e a Europa de Leste".

Isto será com certeza tema em Marraquexe, onde centenas de especialistas de 19 países africanos e alguns representantes da Europa, Ásia e América vão discutir a sida em África. Michael Merson, director do Programa Global de Sida da OMS também está presente. Embora específica ao continente, a mensagem será de novo prevenção. "Até a vacina ser descoberta, a nossa única esperança é a prevenção", repete Abdallah Bensliman. ■ B.R.



vozes em português

Pepetela*

O homem-cobra

PÚBLICO, 12 12 93

Há dias, a minha Benguela de todas as magias foi agitada por uma notícia sensacional. Um homem, transformado metade em cobra, errava pela ruas qual alma penada que nós chamamos cazumbi. O mujimbo (notícia) correu que nem fogo em chana seca. E milhares de pessoas, que já estavam paradas nas ruas sem saber o que fazer, aproveitaram para encontrar uma razão de existência: todas se puseram a correr dum lado para o outro atrás do estranho ser. E logo alguém gritava, foi por ali, eu vi-o, e todos mudavam de direcção. A super-estática Benguela tornou-se de repente numa agitada urbe, comparável à Nova Iorque dos bons tempos, ou Paris à hora de ponta. Disse-ram-me que as repartições públicas fecharam, o comércio também praticamente, pois funcionários, vendedores, compradores, se juntaram aos desocupados que pairam pelas ruas à espera de qualquer coisa que não se sabe o quê... Por exemplo dum homem-cobra.

A correria e a animação duraram horas. Ao cair da noite as pessoas, frustradas e cansadas, recolherem a casa, sem nada terem encontrado. Felizmente sem grandes danos físicos, pois os polícias e militares e guardas de todas as espécies desta vez não se lembraram de disparar. Alguns dos participantes explicaram o acontecido ao repórter dum rádio. E passo a transmitir-vos o que ouvi.

Uma mulher descobriu que o marido a enganava com outra. Ciumenta, resolveu agir. Foi ter com um kimbanda famoso, procurando algum remédio que curasse de vez o homem dessa doença perigosa do adultério. O kimbanda deu-lhe uma poção que ela deveria misturar à noite à água do banho do marido. Mas a mulher era impaciente. Preparou a selha com a água para o banho logo ao fim da tarde e não à noite, quando ele regressava a casa depois de visitar a rival. Não cumpriu integralmente os conselhos do especialista. E o marido dessa vez também estava com pressa e só lavou metade do corpo. Essa metade virou cobra. Não foi dito que metade foi lavada, por isso não saberemos se ficou com cabeça e busto de cobra ou se com cauda serpentina. Desesperado, saiu de casa, talvez para esconder a vergonha. A mulher contou a estória, já arrependida, e pediu aos vizinhos para o procurarem. Certamente porque o mesmo kimbanda poderia arranjar as coisas. Compreenda-se o desespero de não o encontrar e ficar sem marido e com remorsos toda a vida.

Aguardam-se novos episódios para se conhecerem detalhes e outras explicações ainda não elucidadas. Quem sabe se em romance ou televisão. Porque era preciso situar os personagens: não sabemos em que bairro moravam, apenas num periférico; não sabemos classes sociais, graus de instrução, se a senhora é devota de alguma religião, se é responsável do partido e de qual

(agora que acabou o Mono), etc., etc. Aspectos fundamentais para podermos tirar alguma conclusão minimamente séria.

E não é a primeira vez que acontecem coisas destas. Quinze dias atrás, eu tinha estado em Benguela e disseram-me que no Cassoco tinha aparecido uma cobra com duas cabeças e com uma nota de Kz 100 000 (leia-se cem mil kuanzas) na boca. Claro que, como estávamos em ambiente oficial, logo se mudou de conversa, fica mal perder tempo com coisas dessas perante visitas. Em todo o caso, logo duas estórias de cobra em menos de um mês. E que tem Benguela a ver com cobras?

Manda a tradição judaico-cristã que a serpente esteja associada à traição e ao pecado. Aquela lenda da serpente de Eva, em que não se sabe bem onde acaba a cobra e começa a nossa primeira mãe, ilustra bem os princípios do machismo. Mas na tradição destas bandas de África, pelo contrário, a cobra é animal de sítios escuros e frescos, propícios ao bom senso e reflexão. Com o cágado, é animal-símbolo da inteligência e prudência. Mas as igrejas cristãs entraram por aqui como fuma a escaldar em manteiga derretida e deturparam a visão popular sobre a cobra. Por isso, não me admiraria que a primeira estória fosse invenção dum nostálgico do antigo regime que quer significar: o capitalismo é trazido pelas cobras, com o dinheiro que nos corrompe. Mas na boca de que cabeça trazia ela o dinheiro? Certamente na da direita.

Quanto à segunda estória, dizia o repórter que a cena se tornou caso da cidade, porque no actual momento psicológico da população, a braços com uma guerra que a ultrapassa, todas as crenças e superstições obscurantistas ganham terreno. Em parte tem razão e isso é verdade que se aplica a toda Angola: nesta altura da vida, só mesmo acreditando em milagres. Dos que não acreditam estão os hospícios cheios.

No entanto, um aspecto veio reforçar a impressão que tive quinze dias atrás em Benguela, no Lobito, na Baía Farta, na Catumbela, enfim em todos os lugares da costa: a impressionante quantidade de pessoas que pairam nas ruas, paradas. Em Luanda também as ruas estão cheias de gente, mas em movimento, passeando, indo ou vindo do trabalho, comprando ou vendendo, roubando ou a fugir dos ladrões. O problema é que em Benguela as pessoas estão paradas, à espera. Será do cessar-fogo? Será que eles sabem o que esperam? Temo bem que não.

Mas há ainda uma esperança, nem tudo está perdido. Ainda se entusiasmarão e correram atrás dum homem-cobra. Que homem-cobra será este país capaz de inventar para pôr toda a gente em movimento, mas numa só direcção? Como diria o meu colega dos bancos de escola, Guilherme Chico-Esperto, eis a questão. ■

* escritor angolano

João Maimona nasceu em 1955, em Quibocolo, uma pequena localidade do Norte de Angola. Em 1961, com o início da luta armada, a família procurou refúgio no Zaire, e ele cresceu a falar francês e lingala. Quando regressou a Angola, após a independência, já escrevia poemas na língua de Baudelaire, mas tinha dificuldade em compreender português. Na rua faziam troça do seu sotaque e chamavam-lhe regressado, "rêgrês", zairense, "zaikô" ou "za-za". Hoje, Maimona é o mais aclamado poeta da nova geração angolana, e os seus versos — depurados dos africanismos e referências regionais que caracterizaram a primeira fase da literatura angolana pós-independên-

cia — estão muito próximos da moderna poesia portuguesa. Na próxima quarta-feira, a União dos Escritores Angolanos lança em Luanda uma antologia pessoal de Maimona, "Quando se Ouvir o Sino das Sementes"; são cerca de 60 poemas, acompanhados por um longo estudo do investigador galego Xosé Lois Garcia. "Quando se Ouvir..." é a primeira de um conjunto de antologias dedicadas aos nomes mais importantes da poesia angolana. A seguir, na primeira semana de Janeiro, deverá ser lançada "Memória de Tanta Guerra", já publicada em Portugal pela Vega, de Ruy Duarte de Carvalho. Segue-se a obra completa de David Mestre.

Embaixador do Brasil em Portugal revela ao PÚBLICO nova aposta da diplomacia brasileira

PÚBLICO, 5 12 93

Brasil assume a liderança da lusofonia

Joaquim Trigo de Negreiros
e José Eduardo Aqualusa

Uma comunidade de países de língua portuguesa: o sonho de muitos portugueses pode concretizar-se devido ao dinamismo de um brasileiro. Chama-se José Aparecido de Oliveira, é embaixador do Brasil em Lisboa, e congemina uma estratégia comum de actuação no mundo lusófono. Hoje, reúnem-se em Lisboa os embaixadores brasileiros em todos os países de língua portuguesa.

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, reúne-se hoje, em Lisboa, com os embaixadores brasileiros nos países de língua portuguesa. O objectivo expresso é debater uma estratégia comum de actuação no mundo lusófono. A reunião acontece no mesmo dia em que se inaugura um ciclo de debates, promovido pelo "Jornal de Letras", em torno da institucionalização de uma comunidade dos países de língua portuguesa. As duas iniciativas estão ligadas; na verdade, marcam o início de uma bem elaborada estratégia da diplomacia brasileira, que assim se prepara para assumir a liderança do mundo lusófono. O homem que concebeu esta estratégia chama-se José Aparecido de Oliveira e é o actual representante do Brasil na capital portuguesa.

Antigo jornalista, José Aparecido, hoje com 64 anos, cedo se envolveu na vida política. Membro da ala esquerda — o chamado grupo da Bossa Nova — da União Democrática Nacional, chegou a ser eleito deputado, mas em 1964, na sequência do golpe militar, foi forçado a exilar-se no Chile. Ministro da Cultura de José Sarney, a ele se deve o encontro de 3 de Novembro de 1989, em São Luís do Maranhão, de todos os chefes de Estado dos países de língua portuguesa, durante o qual foi assinado o acto constitutivo do Instituto Internacional de Língua Portuguesa. José Aparecido come-

çava assim a sua luta pela criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, hoje uma das grandes apostas da política externa brasileira.

PÚBLICO — Que significado é que atribui à reunião, hoje em Lisboa, dos embaixadores brasileiros acreditados nos países africanos de língua portuguesa?

JOSÉ APARECIDO DE OLIVEIRA — Eu acho que isso já deveria ter ocorrido. Na realidade, os embaixadores do Brasil em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe devem ter a mesma linguagem diplomática, sobretudo em se tratando, para usar uma legenda do Gilberto Freire, do "mundo que o português criou". Eu propus ao Itamarati que essa reunião se fizesse e o ministro Celso Amorim compreendeu desde logo a importância de estarmos aqui numa reflexão conjunta, nesta nova hora, neste novo tempo. Acho sobretudo que esta oportunidade é manifesta porque a nova proposta da diplomacia brasileira é a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

P. — O que é que significa exactamente, em termos práticos, esta Comunidade dos Países de Língua Portuguesa?

Angola preocupa o Brasil

R. — Significa o que ela própria em si mesmo já define. Nós temos um idioma que é uma presença de força e de poder na cena internacional. Somos um dos maiores grupos linguísticos do mundo. Somos a terceira língua do mundo ocidental em termos de falantes, uma língua que está plantada em três continentes. Na Europa, com Portugal; na América, com o Brasil; na África, com os cinco países de expressão portuguesa que, com todos os seus desafios, todos os seus impasses e dificuldades, são países de forte expressão na nossa história comum, na nossa etnia e na nossa língua. Quando você percebe que há essa vocação, irrecusável, da formação de blocos, seja na Ásia, seja na América, percebe também que nós já temos isso, uma comunidade formada ao longo do tempo. Angola, como o Brasil, têm o mesmo passadinho, a mesma árvore, a mesma paisagem e até os homens são muito aproximados.

Uma das nossas preocupações nesta reunião — e estou dizendo isto pela primeira vez, ainda nem falei com os meus colegas — é o problema de Angola. Você acha que o problema de Angola deve ser tratado, como até aqui, pelos Estados Unidos, pela Rússia e por Portugal? Será que não existe uma dimensão que nos envolve a todos, os povos que falam português? Será que não estamos fazendo menos do que poderíamos com relação a esse extraordinário drama que Angola tem percorrido nestes tempos, diante dos nossos olhos? Um país forte, um país rico, um país que tem destinação. Se você me pergunta o que é a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, eu responderia que essa comunidade é pré-existente.

P. — Mas não tem tido uma tradução política...

R. — Não, e nunca teve um formato. No outro dia o embaixador Fernando Reis me disse o seguinte: o embaixador José Aparecido fez o que Gabriel Garcia Marques, em "Cem Anos de Solidão", projecta num personagem. No mundo as coisas precisavam de ter nome, então num determinado instante o sujeito aponta o dedo e dá o nome às coisas. No caso da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o embaixador José Aparecido apontou o dedo e deu o nome a uma realidade que é existente. Onde chegou o pé do português, com os Descobrimientos, chegou a língua, que resiste ainda agora.

Recentemente eu recebi no Rio, das mãos de António Olinto, um escritor brasileiro, "O Dicionário do Papiá Cristão". Então, é comovente saber que há malaios falando o português; é comovente que você tenha nessas reliquias étnicas no Oriente, Timor-Leste, por exemplo, essa resistência em nome dos nossos valores, da nossa cultura, desta herança que é a nossa língua.

Você pega o alemão; o Hegel, quando escreveu "A Fenomenologia do Espírito", um editor francês foi ter com ele pedindo-lhe para diminuir o volume do livro e para que o autorizasse a traduzi-lo para francês. Hegel respondeu: "O senhor tem negativa dupla. Primeiro, a súmula do meu pensamento não se resume. E, em segundo lugar, o francês não tem vocabulário para traduzir o alemão." A verdade é que os alemães cuidam da sua língua, da defesa e difusão da

língua, com o Instituto Goethe, que teve um orçamento para 1989, por exemplo, de quatro mil milhões de dólares.

Tem o inglês sendo cuidado nos Estados Unidos pela Thomas Jefferson, e pela British School, que a Inglaterra mantém no mundo inteiro. Você tem o espanhol, com o Instituto Cervantes; a França, com a Maison de France e a Aliança Francesa, ensinando, difundindo o francês. Em Portugal, há o Instituto Camões, que se criou há cerca de dois anos, depois que nós conseguimos o acto constitutivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, assinado pelos sete chefes de Estado, em São Luís do Maranhão, no Brasil, a 3 de Novembro de 1989. Era eu ministro da Cultura.

P. — Mas não lhe parece que a criação do Instituto Camões não faz sentido, existindo já um instituto internacional da língua portuguesa?

R. — Não! Uma coisa não tem a ver com a outra. Nós temos uma mesma língua, na América, na Europa e na África, e temos de ter um organismo internacional capaz de articular a política da língua, sem prejuízo que o Instituto Camões continue. Eu até conversei sobre isso com o primeiro-ministro, Cavaco Silva, assim que assumi a embaixada. É apenas uma questão de compatibilizar trabalhos que são comuns em muitos aspectos.

Em defesa do Acordo Ortográfico

P. — Uma das atribuições do Instituto Internacional da Língua Portuguesa seria assegurar a aplicação do Acordo Ortográfico. Segundo o estabelecido, ele deveria entrar em vigor já partir do próximo mês, o que não parece possível. O que vai acontecer afinal ao Acordo Ortográfico?

R. — A situação não está fácil. E não está fácil pelos desencontros nos países-membros da nossa comunidade. Ninguém desconhece os problemas que o Brasil tem enfrentado ao longo destes dois últimos anos, e é claro que isso teve repercussão no curso da aprovação do Acordo.

Continua na pág. 12

Gulbenkian apoia universidades dos PALOP

PÚBLICO, 11 12 93

A FUNDAÇÃO Calouste Gulbenkian está a preparar um "grande programa de apoio" às Universidades Agostinho Neto (Angola) e Eduardo Mondlane (Moçambique), anunciou ontem, em Coimbra, Marçal Grilo, representante daquela instituição e presidente do Conselho Nacional da Educação.

O programa aposta, sobretudo, no apetrechamento daquelas Universidades, principalmente na área de recursos humanos, que serão recrutados preferencialmente entre os es-

tudantes naturais dos respectivos países que frequentam cursos superiores no estrangeiro.

O objectivo é "relançar as duas instituições, com o apoio das Universidades portuguesas", porque se entende que "é necessário criar condições de ensino pós-secundário nos países africanos, sem que com isso se impeça a formação superior fora do país.

A criação de uma instituição de ensino superior em Cabo-Verde é igualmente entendida como necessária e goza de

condições para vingar, mas nenhum incentivo está previsto nesse sentido.

A propósito do papel da educação na democracia e desenvolvimento, tema do último painel das jornadas lusófonas, que ontem terminaram em Coimbra, Marçal Grilo sublinhou a necessidade do regresso dos estudantes dos países africanos de língua oficial portuguesa à sua pátria, dada a relação directa entre a elevação do nível educativo de uma população e a solidificação da democracia e desenvolvi-

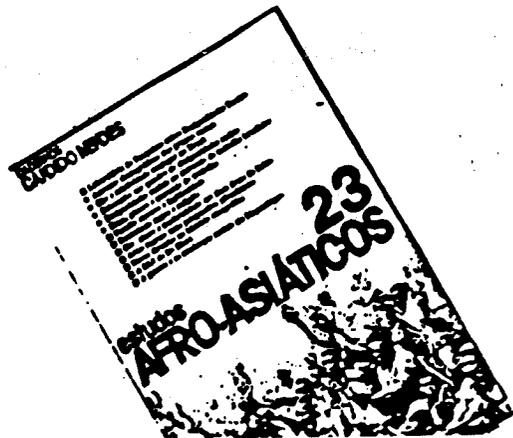
mento de um país.

"Só os países que tiverem elites, como um corpo de base universitário, são capazes de criar instituições próprias, que é o que ainda não aconteceu nos PALOP", afirmou, defendendo que os investimentos nestes países sejam feitos mais na construção de meios institucionais próprios e menos nos consultores estrangeiros, que "não deixam semente". "Os PALOP precisam menos de peixe e mais de saber pescar", afirmou. ■

Leonete Botelho

"Todos falando a mesma língua"

"O ENSINO das Literaturas em Língua Portuguesa", "A Tradução" e o "Acordo Ortográfico" são alguns dos temas que, desde ontem e até amanhã, em São Paulo, Brasil, estão a ser debatidos no II Congresso de Escritores de Língua Portuguesa. Subordinado ao tema geral "Todos falando a mesma língua", no congresso — cuja primeira edição se realizou em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian, em 1989 — participam escritores brasileiros, portugueses, africanos e da Galiza. Da delegação portuguesa fazem parte Augusto Abelaira, Fernando Campos, Egito Gonçalves, Helena Buescu, José Manuel Mendes (presidente da Associação Portuguesa de Escritores) e Alberto Oliveira Pinto. ■ PÚBLICO, 2 12 93



FAÇA JÁ
SUA ASSINATURA

LIGUE
531-2000
R. 259

Continuação da pág. 11

Brasil assume a liderança da lusofonia

P. — No caso do Brasil, a aprovação do Acordo terá sido também protelada como retaliação à expulsão de alguns cidadãos brasileiros...

R. — Não foi propriamente uma retaliação. Naquele momento considerou-se que seria uma imprudência manter em pauta, na Câmara dos Deputados, a votação do Acordo. Já voltou à pauta, e duas vezes não se votou por falta de quórum. Agora, como estamos em fase de revisão constitucional, foi novamente adiado. Podemos não ter condições de ver este acordo aprovado a tempo de poder entrar em vigor, como é expresso, no dia primeiro de Janeiro de 1994. Mas, se não se começar nesse dia, apenas se retarda. Porque este acordo é extraordinariamente importante. Essa será, certamente, a primeira tarefa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Implantar esse acordo, que tem uma decisiva importância para os nossos povos.

P. — O senhor embaixador faz a defesa do Acordo Ortográfico, mas não podemos esquecer

que em Portugal há fortes resistências a esse acordo, sobretudo por parte de alguma intelectualidade.

R. — Esse não é o primeiro acordo ortográfico, não. Se nós recuarmos no tempo, não há nada que tenha sido sempre tão discutido como o acordo ortográfico. O que existe na verdade, e é muito respeitável, é que há sectores da intelectualidade que não aceitam por princípio que haja necessidade de um acordo ortográfico. Aham que isso é uma demasia, uma vocação autoritária e elitista, que a língua tem os seus caminhos ela própria. É uma discussão absolutamente respeitável, mas o que há na verdade é que a língua é dinâmica, e nós vivemos num mundo em renovação e que tem de ser aceite como tal. A língua é o grande património que nos é comum, com a contribuição de cada país. Qual foi a contribuição do Brasil para a língua portuguesa? Foi imensa, no modo de falar, de cantar, nos neologismos criados pelo povo.

P. — Sim, mas isso deu-se de forma natural, não foi por decreto.

R. — Com certeza, mas o Acordo Ortográfico não é limitativo à criatividade. Não é nada disso. O que se tenta é uniformizar um espaço que é novo, até pelas conquistas tecnológicas e científicas do nosso tempo. Mas eu vejo que em muito desse movimento de resistência há desinformação. Aquela coisa do tipo, "não li e não gostei".

P. — Voltando à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, outra das estruturas previstas como um dos seus principais pilares é o Parlamento dos Povos de Língua Portuguesa. Em que consiste exactamente este parlamento?

R. — Bom, o Parlamento dos Povos de Língua Portuguesa deverá ser um órgão de resistência democrática, capaz de ampliar os compromissos dos nossos povos com a vocação da nossa história e a índole da nossa gente. Um plenário político, com a dimensão que lhe confere o estar em três continentes.

P. — Temos finalmente, no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a Universidade da Língua Portuguesa.

Tudo isto não é muito difícil de criar?

R. — Claro que é. Mas temos de ter a exacta consciência de que o que estamos fazendo é um movimento solidário na defesa da nossa cultura, da nossa história, da nossa etnia. E, é evidente, da nossa língua.

P. — No caso do Brasil, do povo brasileiro, pensa que as pessoas têm consciência da importância de um projecto como este?

R. — Se eu dissesse que sim, seria uma afirmação temerária e até levianamente ufanista. Essa é uma tomada de consciência que é crescente. Se este problema tivesse sido colocado há mais tempo, hoje não estaríamos conversando sobre ele; estaríamos discutindo os desdobramentos. O que estamos agora a debater é um programa que começa a caminhar e a sentir os desafios da sua implantação. Mas eu acho que é crescente no país a curiosidade sobre o problema, e por isso é que eu sou embaixador aqui. Porque estou lutando em torno de uma proposta nova da diplomacia brasileira. ■

Acordo de última hora em Moçambique Já começou o acantonamento

PÚBLICO, 6 12 93

O GOVERNO moçambicano e a Renamo começaram ontem o acantonamento das suas tropas por todo o país, depois de terem finalmente assinado, terça-feira à noite, o acordo de desmobilização com vista à extinção dos dois exércitos. Ao mesmo tempo, em Maputo, o controverso projecto de lei eleitoral foi apresentado à Assembleia da República.

Consideradas fundamentais para o desenvolvimento do processo de paz, as duas iniciativas reacenderam as esperanças de que as primeiras eleições na história de Moçambique possam ter lugar dentro de dez meses.

O acantonamento começou em 20 das 49 áreas previstas para o efeito, sendo 12 do Exército governamental e oito da

Renamo. As restantes 29 áreas devem ser abertas até ao dia 20, data em que deverá estar concluída a extinção de todas as milícias privadas e forças paramilitares.

Os documentos formalizando a abertura das 20 áreas foram assinados pelo Governo e pela Renamo às 23 horas de terça-feira, uma hora antes de terminar o prazo para o efeito estabelecido pelo calendário em vigor. O acantonamento e a desmobilização dos ex-beligerantes decorrerá em paralelo com a formação do futuro Exército nacional unificado e apartidário.

"Cumprindo esses dois aspectos do Acordo Geral de Paz [AGP] estarão em princípio criadas as condições para a realização de eleições gerais livres e

justas a culminar todo o processo de pacificação", comentou o negociador-chefe do Governo, Armando Guebuza.

Por outro lado, o discutido projecto de lei eleitoral já começou a ser apreciado por quatro grupos de trabalho na Assembleia da República, reunida desde terça-feira.

Em cumprimento dos acordos de Roma, o Governo elaborou o anteprojecto e apresentou-o a uma reunião multipartidária para discussão, há oito meses. Os graves desentendimentos entre a Frelimo, a Renamo e doze partidos da oposição não armada levaram à extinção da multipartidária, e o projecto de lei foi finalizado apenas pelo Governo e a Renamo. Contudo, todos os partidos políticos moçambicanos assinaram na segunda-feira uma declaração sobre o texto, formalizando a sua entrega ao Governo, que o apresentou no dia seguinte à Assembleia.

O ministro da Justiça, Aly Dauto, responsável pelo processo, afirmou que, devido aos atrasos na elaboração do projec-

to de lei restam agora apenas nove dias úteis para preparar as eleições. Aly Dauto pediu aos partidos que evitem demoras na nomeação dos seus representantes na Comissão Nacional de Eleições e nas comissões provinciais e distritais, passo seguinte do processo eleitoral.

Apresentando a sua informação anual à Assembleia da República, o Presidente Joaquim Chissano considerou existirem agora "as condições internas e internacionais para termos a visão de um futuro melhor para todos". Para o Presidente, "isso pressupõe que o processo de desmobilização seja efectuado em conformidade com o estabelecido no AGP" e que seja "assegurada a recolha das armas".

Referindo-se ao processo eleitoral, Chissano disse que "a democracia não é só a existência de forças ou partidos políticos". Na sua opinião, a democracia "é sobretudo a participação de todos os cidadãos" na vida nacional". ■

José Pinto de Sá,
em Maputo

Moçambique com lei eleitoral

PÚBLICO, 10 12 93

O REPRESENTANTE especial do secretário-geral das Nações Unidas, o italiano Aldo Ajello, manifestou-se ontem "muito satisfeito" por a Assembleia da República de Moçambique já haver aprovado a lei eleitoral, que deverá permitir a realização de presidenciais e de legislativas em Outubro do próximo ano.

O delegado de Butros Butros-Ghali disse que a operacionalidade do fundo para financiar a actividade dos partidos políticos depende agora da entrada em funcionamen-

to da Comissão Nacional Eleitoral (CNE), que o deverá gerir.

Quanto ao processo de acantonamento das tropas, disse que telefonou quarta-feira ao líder da Renamo, Afonso Dhlakama, e que não há problemas políticos que o possam obstruir. Até então haviam sido acantonados 3.304 militares do governo e 687 da oposição, em 14 das 20 áreas abertas para o efeito no fim de Novembro. Mas Dhlakama queixou-se da falta de transporte para os seus homens, que em muitos casos teriam de marchar du-

rante cinco ou seis dias para chegar às zonas de acantonamento criadas ao abrigo do Acordo Geral de Paz que no ano passado foi assinado em Roma.

De qualquer modo, a ideia geral é que o processo de pacificação de Moçambique não tem corrido muito mal e que, se novos obstáculos não surgirem, talvez se consiga mesmo ir às urnas antes do fim de 1994, para eleger um Presidente da República e uma Assembleia.

Os principais partidos continuam a ser aqueles que durante perto de 16 anos en-

tre si se combateram: a Frelimo, desde 1975 no poder, e a Renamo, cuja implantação é particularmente forte no centro do país, entre a fronteira do Zimbabwe e o Oceano Índico. Mas há uma série de outros que aspiram a conseguir, pelo menos, seis ou sete por cento do eleitorado, cada. Como é o caso de duas formações que durante longo tempo actuaram essencialmente a partir de Portugal: a Frente Unida de Moçambique (Fumo), de Domingos Arouca, e o Movimento Nacionalista de Moçambique (Monamo), de Máximo Dias.

NOTÍCIAS AFRICANAS é uma publicação do Centro de Estudos Afro-Asiáticos, do Conjunto Universitário Candido Mendes. Edição: Equipe do Programa de Estudos Africanos (Beluce Bellucci, Edson Borges, José Maria Nunes Pereira, Marcelo Bittencourt e Roquinaldo Amaral Ferreira). Apoio: Fundação Ford. Produção Gráfica: Hamilton Magalhães Neto (coordenação); Williams Neto (arte-final); Gicélia da Conceição e Sônia Maria (composição). Assinatura, correspondência e pedido de números atrasados devem ser encaminhados à (Subscriptions, correspondence and request for back issues made payable and addressed to): Sociedade Brasileira de Instrução - Centro de Estudos Afro-Asiáticos - Rua da Assembléia, 10/Conj. 501 - CEP 20119-900, Rio de Janeiro, RJ, Brasil - Tel. (021)531-2000/R. 259 e 531-2636, Fax (021)531-2155. - Assinatura anual: Instituições internacionais: US\$ 250.00; Instituições nacionais: US\$ 200.00; Pesquisadores: US\$ 100.00 (Dólar comercial). We ask exchange.

VIA AÉREA
PAR AVION

I M P R E S S O